CÂMARA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

ACTA Nº 22/2011

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 22 DE NOVEMBRO DE 2011

Aos vinte e dois dias do mês de Novembro de dois mil e onze, nesta cidade de Rio Maior e na sala de Reuniões sita nos Paços do Concelho reuniu ordinariamente a Câmara Municipal de Rio Maior, sob a presidência da Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, estando presentes os Vereadores, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, Sr. José Manuel Barata Moreira, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida e Dra. Ana Cristina Lobato Pinto Fróis de Figueiredo e Silva. ----------

FALTAS

Foi justificada a falta da Vereadora, Dra. Sara Maria Carapito Silva Fragoso, por se encontrar de férias, tendo a mesma sido substituída pelo Sr. José Manuel Barata Moreira. ----------

INÍCIO

Quando eram quinze horas, verificando-se a existência de quórum a Presidente, Dra. Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais, declarou aberta a reunião. ----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

DISPONIBILIDADES DE TESOURARIA

A Câmara tomou conhecimento que as disponibilidades de tesouraria relativas ao dia anterior eram as seguintes: ----------

Operações Orçamentais: oitocentos e setenta e oito mil, quinhentos e sete

euros e trinta e sete cêntimos. ----------

Operações não Orçamentais: duzentos e setenta e três mil, oitocentos e noventa e cinco euros e noventa e nove cêntimos. ----------

COMPETÊNCIA DELEGADA

Ao abrigo da previsão do nº 3 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a Câmara tomou conhecimento que, no uso da competência delegada e subdelegada, a Presidente e o Vereador Dr. Carlos Fernando Frazão Correia haviam proferido despachos sobre assuntos emanados da Unidade de Obras Particulares e Ordenamento, bem como da Subunidade de Contabilidade – neste último caso referente à décima nona Alteração/Modificação ao Orçamento 2011 – Despesa e à décima nona Alteração/Modificação às Grandes Opções do Plano 2011 – Plano Plurianual de Investimentos – Actividades Mais Relevantes, os quais constam da pasta de documentos anexos a esta Acta. ----------

A Presidente deu os necessários esclarecimentos acerca da presente alteração orçamental. ----------

INTERVENÇÃO DOS MEMBROS DO EXECUTIVO

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. ----------

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, interveio, começando por se referir aos documentos que solicitara em reuniões anteriores, solicitando que os mesmos lhe fossem entregues antes da reunião de apresentação do Orçamento da Câmara para o ano de 2012. ----------

VEREADOR, DR. NUNO LEAL SANTOS DA VEIGA MALTA. ----------

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, interveio, tendo feito referência à apresentação pública do Projecto “Ecosal Atlantis”, que decorrera

em Aveiro, dizendo que o mesmo aliava tradição, cultura e sustentabilidade. Salientou ainda a participação e intervenção dos técnicos da Câmara no referido evento, classificando-a como pró-activa, dando-lhe os parabéns. -------

VEREADOR, DR. CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA.----------.

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, interveio, começando por informar que na última quinta-feira, se realizara uma reunião com a empresa Deloitte/Águas do Oeste, dizendo que, na sua opinião, os Municípios tinham sido separados em três classes, os de primeira, os de segunda e os outros, que Rio Maior tinha ficado no "pacote dos outros". Mais disse, que o Chefe de Divisão da Unidade Financeira, Dr. Jorge Colaço, também estivera presente na citada reunião. Aludiu que a empresa Deloitte tinha apresentado como facto consumado a criação de uma empresa Intermunicipal para gestão da água e do saneamento "em baixa", dizendo ser uma posição contrária a alguns Municípios. O Vereador, Dr. Carlos Frazão disse ainda que o estudo efectuado pela empresa Deloitte tinha sido realizado com base no tarifário de 3,09€, ou seja, no custo água/saneamento da Câmara de Torres Vedras e que o mesmo ia implicar o aumento do preço para os Municípios de Rio Maior, Óbidos, Cadaval, Nazaré e Bombarral. Informou, também, que todos os Municípios se tinham mostrado contra a situação e que o trabalho da empresa tinha ficado suspenso, que na próxima semana se ia realizar uma reunião com todos os Municípios abastecidos pela empresa Águas do Oeste para avaliação de todas as situações. O Vereador, Dr. Carlos Frazão informou ainda da indisponibilidade demonstrada pelo Município de Caldas da Rainha e de Peniche em fazer parte da empresa Intermunicipal. Disse, igualmente, que na última reunião realizada entre cinco Municípios, tinha sido discutida a possibilidade de se avançar com um processo judicial contra as Águas do Oeste, atendendo ao contrato assinado anteriormente e à consequente dificuldade no pagamento das facturas apresentadas. Informou ainda que o Município da Azambuja já tinha o gabinete jurídico a desenvolver esforços para apresentação de recurso judicial, dizendo, no entanto, que era importante a apresentação conjunta. ----------

Continuando no uso da palavra, o Vereador, Dr. Carlos Frazão informou ainda de uma outra reunião realizada com o responsável da EDP da zona oeste, salientando a problemática relativa à privatização da empresa e a necessidade de aumentar receitas e diminuir custos. Disse que o investimento previsto para o concelho de Rio Maior era entre dois e três milhões de euros, incluindo a substituição de toda a rede na zona envolvente ao Carrascal. Referiu-se também à colocação de relógios astronómicos para redução do consumo da iluminação pública. ----------

O Vereador, Dr. Carlos Frazão reportou-se ainda à campanha que a EDP tem em vigor para os Municípios para desligar selectivamente iluminarias sem qualquer tipo de custos. Aludiu ainda ao aumento do IVA na electricidade e, também, ao entendimento que tinha que existir com as Freguesias para redução dos custos com a Iluminação Pública. ----------

Concluiu a sua intervenção, dizendo que, na sua opinião, não devia de existir Iluminação de Natal, tendo em conta as restrições orçamentais e a crise económica que actualmente o País atravessa. ----------

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. ----------

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, interveio novamente, concordando com o Vereador, Dr. Carlos Frazão, no que respeita à Iluminação de Natal, dizendo que a verba que ia ser gasta com a iluminação devia ser encaminhada para acções de carácter social, que, na sua opinião, eram muito necessárias no concelho de Rio Maior. ----------

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. ----------

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida interveio, começando por se referir à intervenção do Vereador, Dr. Nuno Malta, nomeadamente, no que respeita ao Projecto Ecosal Atlantis, questionando quais eram as acções previstas para o próximo ano. ----------
Em relação às informações prestadas pelo Vereador, Dr. Carlos Frazão,

reforçou que em relação à empresa Águas do Oeste, o Município de Rio Maior tinha de avançar com uma acção via contencioso por se encontrar altamente penalizado no que respeita aos preços impostos pelo consórcio, e também em relação aos consumos mínimos definidos no pressuposto da construção do aeroporto de Ota. ----------

Por último o Vereador, Dr. Carlos Nazaré referiu-se aos investimentos previstos e não efectuados no concelho de Rio Maior pela empresa Águas de Portugal, dizendo que o Município de Rio Maior tinha de encontrar alternativas, que, na sua opinião, o Município de Rio Maior tinha direito a uma indemnização, que devia de contratar um Gabinete Jurídico adequado para resolver a situação, disponibilizando-se para dar a ajuda necessária, tendo em conta o seu conhecimento sobre o processo em causa. ----------
Para concluir a sua intervenção, o Vereador, Dr. Carlos Nazaré, no que respeita aos investimentos da EDP que não foram efectuados no concelho de Rio Maior, disse que se devia avançar com o referido processo selectivo de se desligar alguma da iluminação pública, para que pudesse existir uma diminuição da factura energética. Em relação à iluminação de Natal disse que também concordava que não fosse realizada da mesma forma do que em anos anteriores, mas que devia de ser dado um sinal aos comerciantes, nomeadamente, alguma iluminação na zona mais central, como por exemplo a Praça do Município. ----------

PRESIDENTE DA CÂMARA. ----------

A Presidente interveio, começando por se reportar à intervenção do Vereador, Dr. Silvino Sequeira, no que concerne ao pedido de documentação, dizendo que em relação aos investimentos a nível dos fundos comunitários tinha uma relação actualizada para lhe entregar no final da reunião de Câmara. Seguidamente disse que não estivera presente na reunião de Câmara do dia 09 de Setembro em que o Vereador, Dr. Silvino Sequeira, fizera vários pedidos, no entanto tinha conhecimento das matérias solicitadas, nomeadamente, o documento verde, dizendo que o mesmo se encontrava disponível no Portal do Governo. Em relação ao acordo da Câmara com a empresa Parque Escolar,

disse que não existia nenhum documento redigido, situação já referida pelo Vice-Presidente na reunião em que fora solicitado o documento. ----------

VEREADOR, DR. SILVINO MANUEL GOMES SEQUEIRA. ----------

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira voltou a intervir, dizendo que o Vereador, Dr. Carlos Frazão na última reunião de Câmara se referira às compensações por parte da empresa Parque Escolar, questionando, assim, quais eram as mesmas. ----------
Ainda no uso da palavra o Vereador, Dr. Silvino Sequeira, referiu-se, também, a uma questão que apresentara em anterior reunião, designadamente, quais eram os serviços que iam ser instalados na Loja do Cidadão. ----------
Concluiu a sua intervenção solicitando que as questões apresentadas lhe fossem respondidas por escrito. ----------

VEREADOR, DR. CARLOS FERNANDO FRAZÃO CORREIA.---------- .

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, interveio novamente referindo-se à realização de uma reunião que decorrera, a título informal, com o Presidente da empresa Parque Escolar, Engº. João Sintra Nunes, que consistira na visita à Escola Secundária, à Mina do Espadanal e à zona envolvente. O Vereador, Dr. Carlos Frazão, informou que no âmbito da referida reunião, o Presidente da empresa Parque Escolar dissera que o Municipio podia ser compensado através da recuperação da Mina do Espadanal e zona envolvente, atendendo a que não era necessária a construção de um Pavilhão Desportivo na Escola Secundária. Informou também da realização de uma reunião entre o Arqº. Amorim e a empresa Parque Escolar, o qual viera a confirmar a disponibilidade da Empresa para a requalificação da Zona envolvente até cerca de três milhões de euros. ----------

PRESIDENTE DA CÂMARA. ----------

A Presidente interveio novamente, dizendo que a informação que tinha por parte da empresa Parque Escolar era que o seu programa não contemplava a

construção de novas escolas, que o objectivo era a recuperação das existentes. ----------

No que respeita à Iluminação de Natal a Presidente disse que o processo estava a ser analisado em conjunto com a Associação Empresarial tendo em conta a situação actual de contenção. Mais disse que a despesa relativa à Iluminação de Natal incluía não só a comparticipação na instalação das luzes, mas também o custo da iluminação, fazendo uma chamada de atenção para o aumento da taxa de IVA sobre a electricidade, que desde o dia 1 de Outubro passara a ser de 23%. ----------

Aludiu ainda à questão das prendas de Natal para os filhos dos funcionários da Câmara referindo que a situação estava a ser analisada em conjunto com a Associação de Trabalhadores do Município, que ainda não estava decidido se era através de cheques prenda utilizados no comércio local ou entrega directa de prenda.----------

Na sua intervenção a Presidente informou ainda de uma reunião que ocorrera durante a semana sobre o licenciamento e legalização das explorações suinícolas, em que estiveram presentes as entidades com competência no Licenciamento, a DRAP-LVT – Direcção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, a Administração da Região Hidrográfica, a EPNAZE - Equipa de Protecção da Natureza e Ambiente em Zonas Específicas, a Administração Regional de Saúde, representada pela Técnica Isabel Nobre e o Município de Rio Maior. Mais disse que não tinham comparecido os representantes da CCDR-LVT – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo e das Juntas de Freguesia de Ribeira de S. João e S. João da Ribeira. Disse que o objectivo era avaliar as questões ambientais e o seu impacto para a população residente nos locais envolventes, tendo em conta também ao autos levantados pelo SEPNA - Serviço de Protecção da Natureza e do Ambiente, da Guarda Nacional Republicana. -------

Fez ainda o resumo do que fora dito na referida reunião, dizendo que solicitara o ponto de situação às entidades presentes sobre cada uma das explorações, que logo que possuísse os dados solicitados que os disponibilizava. Disse, também, que a reunião tinha sido muito positiva, tendo em conta a colaboração

de todas as entidades presentes. ----------
Referiu-se também a uma outra reunião que decorrera há cerca de duas semanas sobre o Conselho Cinegético. ----------

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. ----------

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida interveio novamente, dizendo que as Explorações Suinícolas tinham de ter uma abordagem completamente distinta, que anteriormente as mesmas eram propriedade de riomaiorenses, que existia todo um comércio à volta da actividade que beneficiava a economia local. Aludiu ainda ao facto de que as referidas explorações eram, actualmente, propriedade de grandes grupos económicos, que não contribuíam para a economia do concelho, que possuíam grandes assessorias jurídicas e que "brincavam" com as populações e com a Câmara Municipal, tendo em conta as queixas existentes sobre a poluição ambiental provocada pelas mesmas. -------
Concluiu a sua intervenção dizendo que era altura de dizer "basta". ----------

PRESIDENTE DA CÂMARA. ----------

A Presidente interveio novamente, reforçando mais uma vez que a Câmara não tinha competência para encerrar as referidas explorações. Referiu ainda que alguns proprietários sabiam muito bem gerir os seus processos perante as entidades licenciadoras. ----------

VEREADOR, DR. NUNO LEAL SANTOS DA VEIGA MALTA. ----------

O Vereador, Dr. Nuno Leal Santos da Veiga Malta, interveio novamente para dar resposta à questão apresentada pelo Vereador, Dr. Carlos Nazaré, no que concerne ao projecto Ecosal Atlantis, referindo tratar-se de um processo de cariz cultural, solicitando a intervenção da Chefe de Divisão da Unidade de Cultura, Dra. Cristina Vicente, presente na sala de reuniões de Câmara, para um esclarecimento sobre as acções previstas a curto prazo. ----------

A Dra. Cristina Vicente, Chefe de Divisão da Unidade de Cultura, a pedido do

Vereador, Dr. Nuno Malta deu os necessários esclarecimentos acerca do assunto em epígrafe, nomeadamente, que o projecto Ecosal Atlantis entrava na recta final durante o ano de 2012. Disse ainda que estava prevista a edição de folhetos da Rota do Sal que ia incluir todos os parceiros do projecto, espanhóis, franceses e ingleses. Referiu, também, que estava prevista a aquisição de algum mobiliário urbano para as Salinas. Aludiu ainda que iam ser colocados painéis interpretativos e criada uma maleta pedagógica com um kit para ajudar nas visitas de estudo por parte das escolas. ----------

A Dra. Cristina Vicente, também referiu que iam ser colocados painéis publicitários no IC2 e lançado o livro sobre os sítios do sal, sendo uma acção conjunta de todos os parceiros, dizendo, ainda, que no próximo ano se ia realizar a Assembleia Anual de Sócios em Espanha. ----------

VEREADOR, DR. CARLOS ALBERTO NAZARÉ ALMEIDA. ----------

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida interveio novamente, agradecendo as explicações pormenorizadas dadas pela Dra. Cristina Vicente, felicitando os serviços pelo projecto Ecosal Atlantis, dizendo que o mesmo era muito aliciante. ----------

ORDEM DO DIA

DESPACHOS AO ABRIGO DO DISPOSTO NO Nº. 3 DO ARTIGO 68º DA LEI Nº 169/99, DE 18 DE SETEMBRO.

DESPACHO N.º 25/VICE-CF/2011 – CONSTRUÇÃO E REPARAÇÃO DA REDE VIÁRIA CONCELHIA – ESTRADA D. MARIA II – INTEMPÉRIES DEZEMBRO 2009 – APROVAÇÃO DOS ERROS E OMISSÕES E PRORROGAÇÃO DO PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS. ----------

Foi presente à Câmara o Despacho nº 25/VICE-CF/2011, datado de 14 de Novembro, relativo à Construção e Reparação da Rede Viária Concelhia – Estrada D. Maria II – Intempéries Dezembro 2009 – Aprovação dos Erros e Omissões e Prorrogação do Prazo para Apresentação de Propostas. ----------

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da

minuta de deliberação. ----------

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho n.º 25/VICE-CF/2011, exarado pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara, no dia 14 de Novembro de 2011, ao abrigo do n.º 3 do artigo 68º da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, pelo qual se determinou a aprovação dos erros e omissões do procedimento em apreço, bem como a prorrogação do prazo para apresentação de propostas por período equivalente ao tempo decorrido desde o início da suspensão até à comunicação da decisão que recaiu sobre os erros e omissões e consequentemente, a publicação do respectivo aviso em Diário da República. ----------

DESPACHO N.º 26/VICE-CF/2011 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA REALIZAÇÃO DE TRANSPORTES ESCOLARES (CIRCUITOS ESPECIAIS E CIRCUITOS URBANOS) NO ANO LECTIVO 2011/2012 – PROVIDÊNCIA CAUTELAR – TRIBUNAL ADMINISTRATIVO E FISCAL DE LEIRIA – RODOVIÁRIA DO TEJO, S.A ----------

Foi presente à Câmara o Despacho nº 26/VICE-CF/2011, datado de 14 de Novembro, relativo à Prestação de Serviços para Realização de Transportes Escolares (Circuitos Especiais e Circuitos Urbanos) no Ano Lectivo 2011/2012 – Providência Cautelar – Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria – Rodoviária do Tejo, S.A. ----------

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. ----------

O Vereador, Dr. Silvino Sequeira interveio, solicitando explicações para perceber o que estivera na origem do despacho em epígrafe, tendo em conta que a Rodoviária do Tejo, S.A. sempre tivera boas relações com a Câmara de Rio Maior. ----------

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio a pedido da Presidente, tendo feito uma resenha do assunto, dizendo que o mesmo já se arrastava há algum tempo, que a Câmara abrira concurso e a Rodoviária do Tejo, S.A. não conseguira entregar a proposta na plataforma electrónica, dentro do prazo

fixado. Informou ainda que em Maio de 2010, um representante da empresa Agência de Viagens e Transportes Vale do Ave, Lda deslocara-se à Câmara, para efectuar a apresentação da mesma e que lhe fora dito para apresentar as propostas de acordo com os concursos que fossem lançados, tal como outras empresas, que a referida empresa tinha sido aquela que melhores propostas apresentara. Mais disse, que a suspensão do contrato era muito prejudicial para os alunos envolvidos no transporte, ou seja, estava em causa o interesse público.----------

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio considerando que o documento apresentado estava devidamente fundamentado, que invocava a defesa do interesse público. Terminou a sua intervenção, dizendo que gostava de ter sido envolvido na discussão do assunto desde o inicio, ou seja, aquando da adjudicação do contrato. ----------

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio novamente dizendo que as relações com a empresa Rodoviária do Tejo, S.A. continuavam a ser boas. Referiu também não existirem queixas sobre a empresa adjudicatária, a Agência de Viagens e Transportes Vale do Ave, Lda., realçando a qualidade dos seus autocarros. ----------
O Vereador, Dr. Carlos Frazão frisou mais uma vez a importância da qualidade dos serviços prestados, tendo em conta que estavam em causa o transporte de crianças. Mais disse, que num próximo concurso aberto pelo Município de Rio Maior, a empresa Rodoviária do Tejo, S.A. estava em igualdade de circunstâncias com os outros operadores de mercado. ----------
Concluiu a sua intervenção, dizendo que o problema da Rodoviária do Tejo, S.A. em aceder à plataforma electrónica transcendia o Município. ----------

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio mais uma vez, salientando a importância do assunto em epígrafe e a necessidade do mesmo ser do conhecimento de todo o Executivo desde a fase de adjudicação. Alertou ainda para o facto de o processo não estar encerrado e da possibilidade da decisão do Tribunal ser desfavorável ao Município.----------

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio e em resposta ao Vereador, Dr. Carlos Nazaré disse que na sua opinião a razão estava do lado da Câmara. ----------

A Presidente interveio tendo solicitado a intervenção da Chefe de Divisão da Unidade de Contencioso, Dra. Fátima Lemos. ----------

A Dra. Fátima Lemos, presente na sala de reuniões da Câmara, interveio tendo dado os necessários esclarecimentos acerca do assunto em causa. ----------

A Presidente interveio tendo informado que fora a empresa Rodoviária do Tejo, Lda., que fizera o transporte dos Idosos no tradicional encontro realizado no Pavilhão Multiusos aquando das comemorações do Feriado Municipal, tendo em conta que fora a empresa que apresentara o preço mais baixo. ----------

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio referindo que normalmente não faz parte do júri dos concursos, mas que tivera várias reuniões de trabalho com os técnicos e que nunca devia ser posta em causa a competência técnica e a seriedade dos mesmos, tendo em conta o bom nome dos trabalhadores do Município e também do Executivo. ----------

A Câmara deliberou por unanimidade ratificar o despacho n.º 26/VICE-CF/2011, exarado pelo Senhor Vice-Presidente da Câmara no dia 14 de Novembro de 2011, ao abrigo do n.º 3 do art. 68º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção, pelo qual se determinou que, atendendo aos graves prejuízos que adviriam da suspensão do contrato acima identificado, e ao abrigo da possibilidade legal conferida pela parte final do nº. 1 do artigo 128º do Código do Processo nos Tribunais administrativos (CPTA), prossiga a execução do mesmo contrato, tendo em vista o cumprimento do seu objecto. ----------

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto, oral:----------

"Votei favoravelmente esta proposta, atendendo às explicações dadas pelo Sr. Vice-

Presidente e também ao reconhecimento do interesse público que era prioritário, na minha opinião, nesta questão." ----------

Os restantes eleitos pelo Partido Socialista subscreveram a presente Declaração de Voto.----------

O Vereador, Dr. Carlos Alberto Nazaré Almeida, fez a seguinte declaração de voto, oral:----------

"Votei favoravelmente, porque o parecer que acompanhava a proposta, fundamentava no meu entender, devidamente o interesse público." ----------

Os restantes eleitos pelo Partido Socialista subscreveram a presente Declaração de Voto.----------

O Vereador, Dr. Carlos Fernando Frazão Correia, fez a seguinte declaração de voto, oral:----------

"Eu penso que nunca deveria ser posta em causa a competência técnica e a seriedade dos membros do Júri dos concursos, tendo em conta o bom nome dos trabalhadores do Município e também do Executivo Municipal." ----------

A presente Declaração de Voto foi subscrita pelos demais Vereadores eleitos pela coligação "Juntos pelo Futuro" e a Presidente. ----------

SUBSIDIOS E APOIOS

TRANSFERÊNCIA DE VERBAS A ENTIDADES DIVERSAS – FRIMOR 2011 ----------

Foi presente à Câmara uma informação da Unidade de Cultura, Património Cultural, Turismo e Juventude, datada de 07 de Novembro de 2011, relativa à Transferência de Verbas a Entidades Diversas – Frimor 2011. ----------

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. ----------

O Vereador, Dr. Carlos Nazaré interveio tendo solicitado alguns

esclarecimentos, sobre a diferença de valores atribuídos às entidades. ----------

O Vereador, Dr. Nuno Malta interveio a pedido da Presidente, tendo dado os necessários esclarecimentos. ----------

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a atribuição de verbas às Associações e Colectividades do concelho de Rio Maior, no valor global de 1.193,70 € (mil cento e noventa e três euros e setenta cêntimos), referente à sua participação na Feira Nacional da Cebola - FRIMOR 2011, nos termos da informação em apreço. ----------

UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS

PROCEDIMENTO CONCURSAL – CONTRATO DE TRABALHO POR TEMPO INDETERMINADO ----------

Foi presente à Câmara uma informação da Unidade Administrativa e Recursos Humanos e Proposta da Presidente da Câmara, datadas de 18 de Novembro de 2011, relativas a Procedimento Concursal – Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado. ----------

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. ----------

A Câmara deliberou por unanimidade, nos termos e fundamentos constantes na informação em apreço, aprovar o recrutamento excepcional com vista à abertura de procedimento concursal na modalidade de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado para o preenchimento de um posto de trabalho constante no mapa de pessoal: ----------
- 1 Técnico Superior – Licenciatura em Gestão de Recursos Humanos, para a Unidade Orgânica Administrativa e Recursos Humanos (UOARH); ----------

O Vereador, Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, fez a seguinte declaração de voto, oral:----------

"Votei favoravelmente esta proposta, porque sendo um concurso existem regras bem definidas, mas que estes lugares sejam preenchidos com maioria de razão legal por actuais funcionários da Câmara de Rio Maior ou por riomaiorenses, preferencialmente, contudo as regras do concurso é que irão determinar. Isto, é, tão somente um desejo" --

UNIDADE DE EDUCAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E SAÚDE

TRANSFERÊNCIA DE VERBAS PARA OS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS – ADENDA AO PROTOCOLO ----------

Foi presente à Câmara a informação nº 60/SUASE/2011, relativa à Transferência de Verbas para os Agrupamentos de Escolas – Adenda ao Protocolo. ----------

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. ----------

A Câmara deliberou por unanimidade, transferir verba para os dois Agrupamentos de Escolas, (Agrupamento Vertical Fernando Casimiro Pereira da Silva e Agrupamento de Escolas Marinhas do Sal), destinado à aquisição de material didáctico e tinteiros, referente à componente lectiva e ainda para a aquisição de material de apoio sócio-educativo para prolongamento de horário, no âmbito e com os fundamentos mencionados na informação em apreço. -----

UNIDADE DE CULTURA, PATRIMÓNIO CULTURAL, TURISMO E JUVENTUDE

INSCRIÇÃO DAS SALINAS NO ROTEIRO DE MINAS E PONTOS DE INTERESSE MINEIRO E GEOLÓGICO DE PORTUGAL ----------

Foi presente à Câmara a informação n.º 23-A, da Unidade de Cultura, Património Cultural, Turismo e Juventude, datada de 17 de Novembro de 2011, relativa à Inscrição das Salinas no Roteiro de Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal. ----------

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. ----------

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a inclusão das Salinas de Rio Maior no Roteiro de Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal, nos termos da informação em apreço. ----------

UNIDADE FINANCEIRA, CONTABILIDADE, APROVISIONAMENTO E PATRIMÓNIO

LANÇAMENTO DE DERRAMA SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL DE 2011 ----------

Foi presente à Câmara a informação nº 21/UFCAP, datada de 14 de Novembro de 2011, referente ao Lançamento de Derrama Sobre o Lucro Tributável de 2011. ----------

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação e feito referência aos valores da derrama referentes ao ano de 2009, 2010 e 2011, respectivamente, 769.519,00€, 598.688,00€ e 279.953,00€. ----------

A Câmara deliberou por unanimidade aprovar o lançamento da derrama para 2012, à taxa de 1,4% sobre o lucro tributável de 2011, nos termos do artigo 14.º da Lei 2/2007 de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais) e à taxa de 1% para os sujeitos passivos com volume de negócios que no ano de 2011 não ultrapasse 150.000€, nos termos do n.º 4 do artigo 14.º da citada Lei das Finanças Locais. ----------
Mais deliberou remeter a presente proposta à Assembleia Municipal para aprovação. ----------

UNIDADE DE OBRAS PARTICULARES E ORDENAMENTO

PEDIDO DE CERTIDÃO DE AUMENTO DE COMPARTES, EM FONTE PINHEIRA, FREGUESIA DE RIO MAIOR, EM NOME DE PAULO CÉSAR CARVALHO & GRAÇA FIGUEIREDO LOPES – SOC. DE SOLICITADORES, R.L ----------

Foi presente à Câmara um Pedido de Certidão de Aumento de Compartes, em Fonte Pinheira, Freguesia de Rio Maior, em nome de Paulo César Carvalho &

Graça Figueiredo Lopes – Soc. De Solicitadores, R.L, acompanhado de informação do Sector de Topografia e parecer emitido pela Unidade de Obras Particulares e Ordenamento. ----------

A Presidente fez a apresentação do assunto, tendo efectuado a leitura da minuta de deliberação. ----------

A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, face às informações supracitadas, certificar que não há inconveniente na realização do negócio jurídico pretendido, desde que daí, e no que diz respeito a loteamento e destaques, não resulte qualquer violação às disposições legalmente aplicáveis.

APROVAÇÃO DE ACTAS

Foi presente à Câmara a Acta nº 19/2011, datada de 07 de Outubro de 2011. --

A Câmara deliberou por maioria aprovar a acta nº 19/2011, de 07 de Outubro, com a abstenção do Vereador, Sr. José Manuel Barata Moreira e Dr. Silvino Manuel Gomes Sequeira, por não se encontrarem presentes na reunião a que a mesma dizia respeito. ----------

ASSUNTOS ALÉM DA AGENDA

QREN – EMPRÉSTIMO QUADRO BEI – APROVAÇÃO DA MINUTA DO CONTRATO DE FINANCIAMENTO DA OPERAÇÃO: ALENT-03-344-FEDER-001261 – CENTRO ESCOLAR N.º 3 – ZONA SUL DO CONCELHO, NO MONTANTE DE €128.291,87 ----------

Após apresentação do assunto pela Presidente, o assunto foi colocado à admissibilidade do Executivo, ao abrigo da previsão do art.º. 83º. da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro, tendo o mesmo sido admitido por unanimidade. ----------

Foi presente à Câmara a informação nº 38/2011/UFCAP-LV, datada de 21 de Novembro de 2011, referente ao QREN- Empréstimo Quadro BEI – Aprovação da Minuta do Contrato de Financiamento da Operação: Alent-03-344-FEDER-

001261 – Centro Escolar N.º 3 – Zona Sul do Concelho, no Montante de €128.291,87. ----------

A Presidente interveio, tendo referido que a o assunto em epígrafe tinha a ver com uma candidatura feita ao BEI – Banco Europeu de Investimento. ----------

O Chefe de Divisão da Unidade Financeira, Dr. Jorge Colaço interveio a pedido da Presidente, tendo dado os necessários esclarecimentos. ----------

A Câmara deliberou por unanimidade, nos termos da informação e parecer dos serviços, aprovar a minuta do contrato de financiamento designado em epígrafe, bem como o seu clausulado. ----------

ATENDIMENTO AO PÚBLICO

JOÃO NARCISO VERDE DA COSTA **----------**

O munícipe, João Narciso Verde da Costa, presente na sala de reuniões de Câmara, interveio tendo começado por se congratular com a inclusão das Salinas de Rio Maior no Roteiro de Minas e Pontos de Interesse Mineiro e Geológico de Portugal, lembrando que a Associação Eicel – Associação para a Defesa do Património Mineiro, Industrial e Arquitectónico, sempre fora um parceiro amigo da Câmara Municipal de Rio Maior. ----------

Continuando no uso da palavra, o munícipe questionou quais eram os passos gerais que o Executivo desencadeara na legalização das casas dos Bairros Sociais do concelho de Rio Maior. ----------

Logo de seguida referiu-se ao União Desportiva de Rio Maior, nomeadamente, da tomada de posição por parte das Finanças de Rio Maior, em penhorar alguns dos bens presentes na sede social do clube, ou seja, no Estádio Municipal de Rio Maior. Informou ainda que a data limite para o leilão era o dia 12 de Janeiro de 2012 e que o valor base de licitação era de 536,00€, sugerindo que o Município efectuasse a aquisição dos bens em leilão, para

ficarem de recordação do clube referido. ----------

Por último o munícipe apresentou uma terceira questão relacionada com a Associação Eicel – Associação para a Defesa do Património Mineiro, Industrial e Arquitectónico, referindo-se à última deliberação do Executivo, tomada na reunião de Câmara sobre o não provimento do "Pedido de classificação de Imóvel de Interesse Municipal – Antiga Fábrica de Briquetes e Plano Inclinado de Extracção da Mina do Espadanal", tendo apresentado uma cópia de um documento que fora entregue na Subunidade de Expediente do Município de Rio Maior, solicitando que a mesma ficasse anexa à acta. ----------
O munícipe referiu-se ainda às notícias vindas na comunicação social, nomeadamente, que o Executivo da Câmara de Rio Maior não tomava decisões sobre pressão, salientando que da sua parte nunca tivera exercido qualquer tipo de coacção sobre qualquer assunto. ----------
Continuou no uso da palavra, fazendo algumas considerações, nomeadamente, sobre a Lei 107/2001, de 8 de Setembro, artigo 10.º, n.º 4 e 5, tendo efectuado a leitura do texto. O munícipe afirmou ainda que caso algum elemento da Associação Eicel, tenha sido menos correcto, gostava que fosse tornado público que ele próprio se afastaria na altura certa, reafirmando que a Associação referida se encontrava de boa fé e que estava preocupada em contribuir para o desenvolvimento e protecção do Património Histórico do concelho de Rio Maior. ----------

O Vereador, Dr. Nuno Malta interveio e em resposta ao munícipe João Narciso Verde da Costa no que respeita à legalização das casas dos Bairros Sociais do concelho de Rio Maior, referiu que a regularização estava a ser efectuada na medida do possível, tendo em conta as diligências processuais a serem cumpridas, dando como exemplo as Finanças, as Conservatórias, entre outros.

O Vereador, Dr. Carlos Frazão interveio tendo referido que a sugestão apresentada pelo munícipe no que respeita à aquisição do espólio do clube "União Desportiva de Rio Maior" era pertinente do ponto de vista cultural e desportivo para o concelho de Rio Maior, considerando-a como justa Homenagem. ----------

A Presidente interveio e em resposta à questão apresentada pelo munícipe, no que respeita às notícias vindas na comunicação social, nomeadamente, que o "Executivo da Câmara de Rio Maior não tomava decisões sobre pressão", disse que se devia aguardar pela acta da referida reunião em que o assunto fora debatido, para serem esclarecidas as hipotéticas declarações. ----------

ENCERRAMENTO

Quando eram dezasseis horas e quarenta minutos a Presidente, Dr. Isaura Morais a presidir, deu por encerrados os trabalhos desta reunião, da qual se lavrou minuta para os efeitos imediatos e a presente acta, a qual vai ser assinada pela Presidente da Câmara e por mim, Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa e Recursos Humanos, que a redigi. ----------

A PRESIDENTE DA CÂMARA:_____

A CHEFE DE DIVISÃO DA UNIDADE ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS:_____